

IMIGRAÇÃO ITALIANA, ANARQUISMO E CATOLICISMO

Agnaldo de Sousa BARBOSA¹

Os estudos acerca da imigração italiana e, por conseguinte, do papel político e social ocupado pelo imigrante a partir de sua entrada na trama tortuosa do capitalismo brasileiro, são, desde longa data, profícuos em nossas Ciências Sociais. Com efeito, a convicção presente nas interpretações de uma certa tradição historiográfica e sociológica que se tornou hegemônica nos anos 70 sempre me pareceu marcada por um mito aparentemente insustentável: a concepção de que o ideário anarquista arrastou para as suas fileiras – em solo tupiniquim ou no seu próprio país de origem – a grande maioria dos emigrados da Península Itálica e que formou aqui um potencial de ação político-social que chegou a ameaçar de modo efetivo as estruturas da ordem oligárquica em São Paulo. Tal idéia reflete, obviamente, o ponto de vista ideológico de uma tendência muito mais preocupada em supervalorizar a influência do anarquismo na história do movimento operário nacional que em analisar com bom senso a complexa condição do imigrante em terras brasileiras. É justamente a capacidade de compreender, em suas múltiplas dimensões, a complexidade da realidade que cerca o imigrante italiano no Novo Mundo que faz do livro *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante (Das Disputas Ideológicas pelo Imigrante aos Limites da Ordem: O Caso Idalina)*, de Wlaumir Doniseti de Souza, uma obra diferenciada e inovadora no campo de debate sobre o tema.

Tendo como eixo central de sua análise a investigação acerca da ação da pastoral do imigrante, a cargo da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, fundada em 1887 por Dom João Batista Scalabrini (1839-1905), bispo de Piacenza, Souza nos fornece, de forma bastante competente, um painel histórico da imigração muito mais amplo que o objeto principal de seu estudo. Ao discutir o projeto eclesial de assistência político-social ao imigrante, o livro de Wlaumir Doniseti de Souza articula uma instigante reflexão a respeito da instrumentalização da imigração em apoio ao catolicismo no Brasil. Mesmo diante do estreitamento das relações entre Igreja e Estado nas

últimas décadas do Império, perdendo o padroado com o advento da República, o clero brasileiro se empenhou junto às esferas oficiais para conseguir convencer as autoridades da necessidade de subvencionar a imigração de europeus católicos. Por trás do discurso de que o imigrante ideal, por ser mais facilmente adaptável, seria aquele que compartilhasse laços culturais com os brasileiros, sobretudo a religião, estava a intenção da Igreja em continuar garantindo sua ascendência sobre a grande maioria da população. A vinda de imigrantes católicos, em especial aqueles de regiões onde predominava a formação ultramontana, se harmonizava também com o interesse da cafeicultura em contar com um contingente de mão-de-obra que se comportasse resignadamente diante dos ardis da exploração por parte dos fazendeiros. A introjeção da tolerância à opressão como signo da virtude cristã, compartilhada por muitos dos emigrados, contribuiu para canalizar o apoio da oligarquia cafeeira aos escopos da Igreja.

Em sua análise do posicionamento do clero italiano, Souza demonstra que o propósito de perpetuar o controle espiritual e ético-moral dos imigrantes colocou em oposição até mesmo os interesses da Igreja no Brasil e na Europa – e não apenas entre o clero e os anarquistas. Se aqui o argumento da hierarquia eclesial visava convencer o poder público de que a religião católica seria “fonte de unificação cultural”, capaz de promover a integração do imigrante por meio da *catolicidade*, “fonte da verdadeira cidadania brasileira”, na Itália a Igreja tinha intenções diametralmente opostas. Em princípio contrários à imigração em massa, processo que não conseguiram inviabilizar apesar da antipropaganda empreendida, os italianos da congregação scalabriniana tinham como objetivo incutir no emigrado, além da fidelidade à Igreja de Roma, a fidelidade ao rei da Itália, buscando, assim, “consolidar o sentimento pátrio pela Itália unificada ao lado da fé católica, que deveria ser respeitada pelo novo Estado” (p. 156).

Conforme observa Wlaumir Doniseti de Souza, não foram poucos os choques entre religiosos italianos da pastoral do imigrante e a hierarquia brasileira. Interesses econômicos de uma Igreja que havia perdido o apoio oficial do Estado brasileiro e que passou a ter nas taxas pagas pelos fiéis (batizados, casamentos, etc.) o principal meio de provisão das paróquias, por um lado, e a necessidade dos scalabrinianos de buscar o financiamento de suas atividades (a pastoral do imigrante e o Orfanato de Artes e Ofícios Cristóvão Colombo) por meio de missões junto aos paroquianos das mais diversas localidades do complexo cafeeiro, por outro, contribuíram para fomentar as indisposições no seio do próprio clero católico. O exclusivismo da ação visando o imigrante italiano gerou também a oposição do clero nacionalista, com destaque para

¹ Doutorando em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara. – SP - Brasil.

Dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo. Souza foi bastante hábil ao demonstrar que as articulações com a oligarquia, os acordos e a busca de apoios que passavam pela tessitura do poder local foram elementos de crucial importância para o êxito econômico e social do trabalho pastoral levado a efeito pela Congregação de São Carlos Borromeu no Brasil, possibilitando aos scalabrinianos superar os entraves de ordem interna e externa à Igreja.

Do outro lado do campo ideológico estava o anarquismo. Souza demonstra que, não obstante o silêncio da pastoral diante de muitas das denúncias do imigrante, os scalabrinianos não estavam indiferentes à questão social. Pelo contrário, conforme assinala o autor, “quando o Estado despertava com sua oligarquia, assustado, para a questão social, os scalabrinianos já há muito lá estavam entrincheiradas, provendo para não combater” (p. 86). Assim, se vê que o discurso social, em favor das classes desfavorecidas, em especial o trabalhador rural e o operário, não era privativo dos anarquistas. A ação concreta da pastoral do imigrante, materializada sobretudo no Orfanato Cristóvão Colombo, concorria com as sociedades de auxílio mútuo e as escolas dirigidas pelos anarquistas. Os corações e mentes dos imigrantes italianos não constituíam pura e simplesmente, como já enfatizaram muitos autores, um campo aberto e propício à exclusiva doutrinação anarquista; a Igreja disputou com os libertários, ao que parece em condição vantajosa, a ascendência sobre os imigrantes. Souza sugere os limites do apelo anarquista quando adverte que não devemos pensar que

o imigrante estivesse alheio às reivindicações anarquistas, mas que, quando estas eram de preponderância trabalhista, tinham mais eco junto ao imigrante preocupado muito mais com a ascensão econômica do que com a derrocada da sociedade burguesa capitalista, ou seja, faltava-lhe consciência de classe. Contudo, quando o movimento reivindicatório imiscuía ataques à religião, portava ele, além da divisão étnica, um elemento a mais para conduzi-lo ao fracasso, ou, mais comumente, à divisão e conseqüente limitação da ação implementada, ou seja, o questionamento da crença do imigrante. (p. 170)

Não obstante, os anarquistas foram adversários contundentes para a Igreja. O Caso Idalina, tão bem descrito e explorado no capítulo final do livro, expressa o ponto extremo dos embates entre as duas forças em disputa. Os anarquistas fizeram do desaparecimento de uma menina da seção feminina do Orfanato Cristóvão Colombo em 1907 – supostamente estuprada e assinada pelos religiosos – o símbolo de suas acusações à Igreja de hipocrisia, permissividade e corrupção. Combates diários pela imprensa, com destaque para o jornal *A Lan-*

terna, comícios e investigações paralelas foram conduzidos pelos anarquistas contando com o apoio de uma massa significativa de militantes e simpatizantes da causa.

O livro *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante* tem o seu maior diferencial na recusa à simplificação que empobrece a análise e turva o entendimento acerca das diversas facetas da questão imigrantista. Fugindo ao maniqueísmo recorrente no tratamento do tema, o autor consegue se desvencilhar das interpretações que vêem no imigrante italiano o agente de uma *moderna* consciência de classe em contraposição à classe trabalhadora brasileira, resignada ante à opressão patronal e envolvida em relações clientelistas. Em outras palavras, Souza foge à reprodução da idéia do europeu politicamente desenvolvido e do nacional “bestializado”²; em seu texto, o que predomina é um complexo painel de relações no qual o imigrante se encontra enredado: poder local, Estado de origem, Estado hospedeiro, Igreja – levando-se em conta as divergências de orientação do clero italiano e brasileiro – e movimento anarquista. Pela lucidez e riqueza da abordagem, penso que valha a pena a leitura de mais essa obra sobre a imigração italiana.

SOUZA, W. D. de. **Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem - o caso Idalina.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 234 p.

² O uso dessa expressão não tem aqui a função de crítica ao sentido dessa mesma expressão utilizada na obra *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho.